



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA  
DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BOA VISTA - RORAIMA**

PROCESSO 0822772-77.2020.8.23.0010

**ESPÓLIO DE FRANCISCA GALVÃO DE ANDRADE,**  
devidamente representado por **ANA SIGRID ANDRADE DA SILVA LOPES,**  
devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por  
intermédio dos seus advogados que esta subscrevem, à presença de Vossa  
Excelência, com fundamento no artigo 1.022, inc. I e III do CPC/15, opor:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS**

em desfavor da Sentença acostada no EP. 23, porquanto  
eivada de contradição e erro material, pelos fatos e fundamentos a seguir  
expostos:

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

**1.** Quanto à tempestividade dos presentes Embargos  
Declaratórios, o termo final para interposição do Recurso é a data de  
**30.10.2020**, quinto dia útil do prazo, uma vez que a intimação foi  
expedida na data de 14.10.2020 e sua leitura automática somente se dará  
na data de 24.10.2020.

**2.** Assim, considerando que o primeiro dia útil é a data de  
26.10.2020, o último dia é o dia 30.10.2020, verifica-se, portanto, ser o





presente Recurso plenamente **TEMPESTIVO**, motivo pelo qual merece ser recebido.

## II – DO CABIMENTO E DA DECISÃO EMBARGADA

3. Consoante artigo 1.022 do CPC<sup>1</sup>, cabem Embargos de Declaração contra qualquer decisão judicial que se demonstre obscura, contraditória, omissa, eivada de questão que deveria o magistrado se pronunciar de ofício ou a requerimento e maculada de erro material.

4. No caso, foi proferida **sentença no EP. 23**, no qual o juízo arbitrou honorários de sucumbência no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao advogado da outra parte, com fundamento nos artigos 85, §8º e 90 do CPC.

5. Todavia, a sentença que arbitrou honorários, apesar de consonante com o dispositivo do CPC/15, foi contraditória a jurisprudência dos Tribunais de Justiça, no sentido de que são indevidos honorários quando o pedido de desistência for formulado em momento anterior ao oferecimento de Contestação e da triangulação processual.

6. Portanto, o juízo insurgiu-se em contradição e flagrante erro material quanto ao arbitramento de honorários sucumbenciais.

## III – DA CONTRADIÇÃO E DO ERRO MATERIAL

7. Conforme narrado anteriormente, o Juízo incorreu nas hipóteses de omissão e erro material previstos no artigo 1.022, incisos I e III do CPC/15, qual seja, arbitramento de honorários de sucumbência em

---

1 **Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:** I - esclarecer obscuridade ou eliminar **contradição**; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - **corrigir erro material**.



razão da desistência da ação, ainda que em momento anterior à triangulação processual e apresentação de defesa.

**8.** Explica-se:

**9.** Foi proposta Ação Declaratória c/c Obrigação de Não Fazer, em desfavor do DETRAN/RR e Seguradora Líder DPVAT, em razão da cobrança indevida de taxas de licenciamento e seguro sobre motocicleta pertencente à *de cujus* Francisca Galvão de Andrade, cujo veículo não se sabe o paradeiro, podendo, ter sido vendido ou objeto de furto.

**10.** Em seguida, não concedida a medida liminar, foi determinada a citação dos Réus.

**11.** A expedição das citações ocorreu na data de 21.09.2020 para ambos os Réus, consoante EP 09 e 10.

**12.** Em seguida, o Segundo Réu realizou a leitura da citação em 22.09.2020 (EP. 12), enquanto que a Autora formulou pedido de desistência da ação no dia 28.09.2020 (EP. 13).

**13.** Acontece que, até este momento processual a triangulação do processo não estava completa, eis que a Ação foi proposta em desfavor de dois Réus, sendo que o prazo de defesa começa a fluir a partir da citação do último Réu.

**14.** Após, foi expedida intimação acerca do pedido de desistência para ambos os Réus (EPs. 14 e 13), quando o primeiro Réu, ora Detran/RR, apenas realizou a leitura da citação em 02.10.2020 (EP. 16).

**15.** Não obstante isto, o Segundo Réu apresentou contestação em EP. 19 em 02.10.2020 e o Primeiro Réu Detran/RR sequer se defendeu.

**16.** Assim, dada a ordem cronológica dos eventos, o Juízo incorreu na hipótese de erro material, porquanto o artigo 1.040, §2º do CPC/15 dispõe que:

***“§2º Se a desistência ocorrer antes de oferecida contestação, a parte ficará***



*isenta do pagamento de custas e de honorários de sucumbência”.*

17. Destarte, além do erro material, o Juízo também incorreu em contradição, uma vez que a jurisprudência pátria é uníssona a respeito de que são indevidos honorários de sucumbência quando o pedido de desistência da ação é formulado antes da apresentação de defesa.

18. Neste sentido são os precedentes dos Tribunais de Justiça.

19. Em voto proferido na AC 10000181068321 de MG, exatamente como no caso dos autos, o Relatou assim observou:

*“Ocorre que, entendo que a decisão ora recorrida merece parcial reparo, pois, como não houve apresentação da contestação antes do pedido de desistência da parte apelante, de modo que deve ser excluída a sua condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais, não sendo aplicável, ao caso, o art. 85 do CPC/15.”*

20. O Acórdão restou assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA - **DESISTÊNCIA DA AÇÃO DE UM DOS AUTORES ANTES DA CONTESTAÇÃO** - HOMOLOGAÇÃO SEM CONSENTIMENTO DO RÉU - CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INDEVIDA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDO - RECURSO PROVIDO. 1- **Como não houve apresentação da contestação antes do pedido de desistência de um dos autores, deve ser excluída a sua condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais, na decisão que homologou a desistência da apelante.** Preenchido os requisitos legais, defere-se o pedido de justiça gratuita à recorrente em sede recursal. 2- Recurso provido. (TJ-MG - AC: 10000181068321001 MG, Relator: Hilda Teixeira da Costa, Data de Julgamento: 19/03/2019, Data de Publicação: 22/03/2019)

**DESISTÊNCIA DA AÇÃO ANTES DA APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA INDEVIDOS.** O § 2º do artigo 1040 do CPC, inserto na subseção de recursos repetitivos, estabelece que caso a desistência ocorra antes de oferecida a contestação, a parte ficará isenta do pagamento de custas e honorários de sucumbência. **No caso, apresentado o pedido de desistência da**



**ação pelo sindicato autor, antes da oferta da defesa, não há obrigação do pagamento de honorários de sucumbência.** (TRT-7 - RO: 00003783420185070024, Relator: JOSE ANTONIO PARENTE DA SILVA, Data de Julgamento: 13/09/2018, Data de Publicação: 27/09/2018)

**21.** Portanto, resta evidente o erro material e contradição evidadas na sentença, motivo pelo qual vem o Embargante à presença de Vossa Excelência opor os presentes Embargos de Declaração com o fito de ver sanado tais vícios.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante de todo o acima exposto, vem o Embargante à presença de Vossa Excelência, na melhor forma de DIREITO e JUSTIÇA requerer sejam os presentes **EMBARGOS DECLARATÓRIOS** recebidos com **EFEITO MODIFICATIVO**, porquanto tempestivos, e totalmente providos para:

**A)** Sanar **ERRO MATERIAL E CONTRADIÇÃO** da sentença acostada no EP. 23, a qual condenou a Embargante ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, lastreado no pedido de desistência da ação, todavia, tal pedido fora ofertado em momento anterior à contestação inserta no EP. 19 e o Primeiro Réu sequer havia se defendido.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Boa Vista/RR, 16 de outubro de 2020.



**KAIRO ÍCARO ALVES DOS SANTOS**

**OAB/RR 792**

**MARCO ANTONIO BARTHOLOMEW DE OLIVEIRA HADAD**

**OAB/RR 988**

**RENATA HADAD**

**OAB/RR 1776**

